

Plano de direitos humanos inclui projeto de Marta sobre homossexuais

José Paulo Lacerda/AE

Fernando Henrique apresenta seu segundo plano na área, que apóia união civil

DEMÉTRIO WEBER
e SANDRA SATO

BRASÍLIA – Ao lançar ontem o segundo Plano Nacional de Direitos Humanos e defender a união civil entre homossexuais, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o apoio de representantes do movimento gay. No fim da solenidade no Palácio do Planalto, ele posou para fotos segurando uma bandeira com o desenho de um arco-íris.

“Ressalto a recomendação para que o governo apóie o projeto de lei em tramitação no Congresso que trata da união civil de pessoas do mesmo sexo”, disse o presidente. O projeto é de autoria da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), e prevê a oficialização, para fins legais, da parceria entre homossexuais. Sua tramitação esbarra na base governista e nas bancadas religiosas.

Após discursar, Fernando Henrique foi abordado pelo presidente do grupo de homossexuais de Brasília Estruturação, Welton Trindade. “Lute por nossa cidadania”, disse. “Com certeza”, respondeu o presidente, que em seguida posou para fotografos com a bandeira do movimento. Para o presidente do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, o apoio de Fernando Henrique deverá sensibilizar o Congresso. “Espero que o Brasil não seja o último país a acabar com o preconceito contra os homossexuais.”

Lançado em 1996, o Plano Nacional de Direitos Humanos ganhou ontem nova versão. O documento lista 518 ações e metas, que vão desde a defesa de cotas para negros e mulheres no serviço público até a recomendação da cobrança de menos impostos sobre alimentos básicos, para tentar acabar com a fome no País.

“Hoje estamos dando novos passos para pôr fim à neutralidade do poder público em face da situação racial brasileira”, disse Fernando Henrique, após anunciar decreto instituindo uma política de ações afirmativas. Nela, está incluída a reserva de cotas no serviço público federal para negros e minorias. Das 518 metas traçadas, apenas 156 devem ser executadas este ano. “Iniciativas como essa contam com o respaldo da sociedade e não podem esgotar-se em um mandato presidencial”, disse FHC. Outra medida anunciada foi o pagamento de segu-



FHC segura a bandeira do orgulho gay: apoio da comunidade

PRINCIPAIS METAS

2º Programa Nacional de Direitos Humanos

GAYS Apóia a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo

TRANSEXUAIS Apóia a mudança de registro civil para transexuais

PEDERASTIA Defende a exclusão do termo “pederastia” (homossexualismo masculino) do Código Penal Militar

ALIMENTAÇÃO Sugere a redução de impostos sobre alimentos essenciais para diminuir preços e, conseqüentemente, ampliar o consumo entre a população pobre

COTAS Estimula a adoção de ações afirmativas, com a definição de cotas, no setor público e no privado para garantir a oferta de emprego a negros e minorias

ABORTO Considera o aborto como tema de saúde pública, com a garantia de acesso aos serviços de saúde para os casos previstos em lei

ENSINO SUPERIOR Propõe a promoção da equidade no acesso ao ensino superior, para que o contingente de universitários reflita a diversidade racial e cultural do País

ADOÇÃO Estimula a adoção de crianças sem discriminar o postulante por sua orientação sexual, raça ou gênero. Apóia o mesmo princípio na concessão da guarda de menores

JUDICIÁRIO Apóia a reforma do Judiciário em tramitação no Congresso, com ênfase na transferência da Justiça Estadual para a Justiça Federal de casos de violação de direitos humanos

POLÍCIAS Apóia a integração entre as polícias civil e militar, com ênfase na unificação dos comandos

ro-desemprego, durante três meses, para trabalhadores libertados da condição de escravos.

“O atual programa não seria muito diferente do que poderíamos fazer num hipotético governo do PT”, disse o vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo. Segundo ele, a execução das medidas esbarra na burocracia do governo e nos parlamentares.

Escravidão – A solenidade no Palácio do Planalto ocorreu no dia que marca o fim

da escravidão no País, em 1888.

Ativistas brasileiros esperam que o PNDH deixe de ser um projeto e vire realidade. “A parceria civil de homossexuais já está rodando na Câmara desde 1996. É preciso que agora os deputados governistas votem a favor”, diz o presidente da Associação da Parada Gay de São Paulo, Beto de Jesus. “Não me iludo mais com discursos.” (T.M., D.W. e Renata Cafardo)